

Nota Informativa – Oxfam Brasil

NÓS E AS DESIGUALDADES

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA
PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL

Dezembro de 2017

Ficha Técnica

Esta Nota Informativa apresenta os principais dados da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, a pedido da Oxfam Brasil, para identificar as percepções de brasileiros e brasileiras sobre as desigualdades. Inclui também as análises e interpretações elaboradas por **Rafael Georges**, com participação de **Jorge Cordeiro** e **Katia Maia**, da equipe da Oxfam Brasil.

Agradecemos as contribuições de Marta Arretche, Jean de Souza, Luciana Chong e Ana Beatriz Ferrari.

Revisão: Jorge Cordeiro

Editoração: Brief Comunicação

Publicado em 6 de dezembro de 2017

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
METODOLOGIA	5
SUMÁRIO DOS RESULTADOS	6
RESULTADOS DETALHADOS	7
1. PERCEPÇÕES SOBRE AS DESIGUALDADES NO BRASIL	8
1.1. DESIGUALDADE É, SOBRETUDO, DIFERENÇA SOCIOECONÔMICA	8
1.2. OS RICOS SÃO “OS OUTROS”	10
1.3. O PESSIMISMO É A REGRA QUANDO O ASSUNTO É DESIGUALDADE	14
2. PERCEPÇÕES SOBRE AS CAUSAS DAS DESIGUALDADES	16
2.1. FALTAM EMPREGO E EDUCAÇÃO. SOBRA CORRUPÇÃO	16
2.2. MÉRITO NÃO EXPLICA DESIGUALDADES	18
2.3. DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES E RACISMO CAUSAM DESIGUALDADE	19
3. PERCEPÇÕES SOBRE AS SOLUÇÕES PARA AS DESIGUALDADES	21
3.1. RICOS QUEREM EDUCAÇÃO, POBRES QUEREM EMPREGO	21
3.2. COMBATE ÀS DESIGUALDADES É PAPEL DO ESTADO	23
3.3. AUMENTO DE IMPOSTOS? SIM, PARA OS MUITO RICOS	24
NÓS E AS DESIGUALDADES	27
ANEXO 1 – MARGENS DE ERRO	30
ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES DA AMOSTRA	31
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO	32
NOTAS	35

APRESENTAÇÃO

Passado um período histórico no qual dedicamos boa parte da atenção pública ao combate à pobreza, nos vemos em meio ao desafio estrutural das inaceitáveis desigualdades sociais brasileiras. Além de serem um problema em si, as desigualdades são barreiras ao acesso a direitos básicos, fomentam a violência e impedem a própria superação da pobreza no longo prazo. Diferenças extremas entre grupos sociais jogam contra a nossa economia, e são solo fértil para instabilidades políticas.

A Oxfam Brasil tem seu foco central de trabalho nas desigualdades do nosso país. Por aqui, a concentração de renda, o patrimônio e os serviços essenciais nas mãos de poucos chegam a níveis extremos, nos colocando como o 10º pior país no mundo, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esta condição é resultado de escolhas feitas ao longo de nossa história, via de regra, pelas elites políticas e econômicas que compõem o topo de nossa pirâmide social.

Em setembro de 2017, a Oxfam Brasil lançou o relatório “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”. Nele, nos debruçamos sobre o estado das diferenças nos níveis de renda, riqueza e acesso a serviços no país, bem como nas políticas públicas que combatem ou retroalimentam estas desigualdades. Entre as principais conclusões do estudo, estão os fatos de que 5% da população têm a mesma fatia de renda que os outros 95%, e os seis maiores bilionários brasileiros possuem o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população.

Contribuem para isso nosso injusto sistema tributário, nossos ainda insuficientes investimentos em saúde e assistência social, e, em particular, nossos desafios históricos para ampliar o acesso à educação pública. Da mesma forma, a discriminação contra mulheres e a população negra representa barreira estrutural na superação de desigualdades, algo que nem mesmo boas políticas do passado recente – como as cotas raciais – deram conta de superar. Por fim, há lacunas profundas em nossa democracia, que representam empecilhos para que ela trabalhe em prol de toda a sociedade e não de setores privilegiados.

A pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha aqui apresentada se apoia nestes temas para investigar como pensam as brasileiras e brasileiros quando o assunto é desigualdades. Ela aponta que, via de regra, a população percebe o tema, suas causas e soluções. A imensa distância entre pessoas muito ricas e o restante da sociedade é sentida pelo brasileiro médio, que, ao mesmo tempo, apresenta posições sintonizadas com o que tem apontado diversos estudos aplicados sobre saídas para esse imenso desafio – reversão de injustiças no sistema tributário, aumento do gasto social, aumento de oferta de trabalho e correção das desigualdades educacionais, entre outras.

Esta percepção é condição fundamental para a mudança. A priorização pública do problema, como visto na pesquisa, é o primeiro passo para que os atores políticos (sobretudo parlamentares e tomadores de decisão diversos na sociedade) se movam para propor e aprovar medidas que reduzam as distâncias que marcam nossa sociedade.

Mas esta pesquisa também revela grandes desafios para a agenda da redução de desigualdades. O primeiro deles diz respeito à subestimação das diferenças sociais no País – não obstante enxerguemos a existência das desigualdades, ainda não as dimensionamos corretamente, julgando-a menor do que realmente é. Por conta disso, uma parcela grande da sociedade não consegue se localizar na pirâmide social nem perceber o tamanho da concentração de renda e riqueza que existe no país.

Além disso, a discriminação de gênero e raça precisam ser melhor compreendidas. Uma parcela ainda demasiado pequena da sociedade prioriza estes temas quando o assunto é

desigualdades, percepção que contrasta com a realidade de um país profundamente racista e machista como o nosso. Ao mesmo tempo, cerca de metade da população reconhece a existência da exclusão econômica por sexo e por raça, algo que tem efeitos na renda e nas desigualdades em geral. Reconhecer que construímos uma sociedade com cidadãos e cidadãs de primeira e segunda categoria precisa ser assumido para que possamos reverter essa realidade.

Ciente dos limites que uma pesquisa de opinião possui, e sem pretender esgotar o debate sobre as atitudes dos brasileiros e brasileiras, esperamos que o material apresentado nessa Nota Informativa ofereça boas reflexões sobre os desafios que nos esperam. O Brasil de hoje debate suas desigualdades com um aparente interesse em reduzi-las. É preciso transformar esse interesse em prática. Este é um assunto ainda mais relevante em tempos de mudanças tão profundas no papel do Estado como agente redistributivo.

Em meio a gráficos e números, a pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha 2017 fala de pessoas, suas expectativas e opiniões. Esperamos que seja uma boa contribuição rumo a um Brasil sem desigualdades.

Katia Maia
Diretora Executiva

Oded Grajew
Presidente do Conselho Deliberativo

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha, por meio de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais¹. Tais abordagens contaram com questionário estruturado, produzido em conjunto com a Oxfam Brasil, e aplicado em pontos de fluxo populacional relevante.

A amostra de entrevistados é de 2.025 pessoas em nível nacional, permitindo-se também a leitura por regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Entrevistas foram realizadas em 129 municípios de pequeno, médio e grande portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior.

O período da aplicação das entrevistas foi de 10 a 14 de agosto de 2017. A margem de erro para a amostragem geral é de 2% para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Outras margens de erro, sob o mesmo nível de confiança, podem ter sido consideradas, conforme a tabela apresentada como **anexo 1** desta nota informativa.

Por ser uma pesquisa amostral realizada em locais de grande circulação de pessoas, o Datafolha definiu uma amostra que busca refletir o próprio perfil da sociedade brasileira. As especificações da amostra estão no **anexo 2**.

O questionário aplicado teve 11 perguntas, incluindo perguntas abertas, baterias de concordância/discordância, e perguntas fechadas. Ele encontra-se disponível no **anexo 3**, em ordem diversa ao tratamento que demos aos dados.

Por fim, os resultados oferecidos pelos recortes de sexo, raça e renda escolhidos para este relatório foram feitos pelo próprio Instituto Datafolha, que tabulou os microdados da pesquisa.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

A desigualdade é percebida majoritariamente como diferença socioeconômica

- 39% classificam desigualdade como diferença socioeconômica
- 8% a classificam como carência de recursos e serviços, segundo maior grupo

Os ricos são “os outros”

- 88% declaram estar entre a metade mais pobre numa escala pobreza-riqueza de 0 a 100
- 47% dos brasileiros acreditam serem necessários mais de R\$ 20.000,00 mensais para ser parte dos 10% mais ricos

O pessimismo é a regra quando o assunto é desigualdade

- 58% da população acredita que nada ou pouco mudou no passado recente
- Duas em cada três pessoas não acreditam que a desigualdade vai cair nos próximos anos
- 88% dos brasileiros acreditam que as medidas do atual governo não alteram ou pioram a desigualdade no País

Corrupção, falta de emprego e de educação são principais causas

- 81% dos brasileiros acreditam que a corrupção “contribui muito” para as desigualdades
- 70% no caso de desemprego
- 66% para educação

“Mérito” não explica desigualdades

- 60% discordam que pobres que trabalham muito têm iguais oportunidades que ricos
- 55% não acreditam que crianças pobres com estudo têm oportunidades iguais às de crianças ricas

Discriminação contra mulheres e negros têm grande impacto em desigualdades

- 57% acreditam que mulheres ganham menos por serem mulheres
- 46% acreditam que negros ganham menos por serem negros

Emprego, investimento em educação e reforma do sistema político são as principais soluções

- 71% dos brasileiros apontam a oferta de emprego como um dos principais mecanismos de combate à desigualdade
- 67% no caso do investimento em educação
- 61% para reformas do sistema político

Combate às desigualdades é papel do Estado

- 79% acreditam que o combate a desigualdades entre indivíduos é obrigação de governos

Aumento de impostos? Sim, para os muito ricos

- 75% dos brasileiros são contra o aumento geral de impostos para custear políticas sociais
- 71% são a favor do aumento de impostos para pessoas muito ricas para esses fins

RESULTADOS DETALHADOS

O conjunto dos resultados da pesquisa nos permite conclusões surpreendentes quanto às percepções sobre as desigualdades no Brasil. Via de regra, e de maneiras diferentes para diferentes grupos, as desigualdades são bastante sentidas pelos brasileiros. Esta percepção, em alguns casos, acompanha a posição social do entrevistado na escala de renda, na sua cor autodeclarada, e em seu sexo autodeclarado. Mas os resultados permitem outras conclusões.

Inicialmente, existe uma forte identificação de desigualdades com renda. Além disso, as pessoas não se percebem na localização correta da escala de renda, se colocando como mais pobres do que realmente são no conjunto da sociedade. Causas e soluções perpassam pelos mesmos temas (trabalho, educação, corrupção), e a discriminação de sexo e raça como causa de desigualdades goza apoio de metade da população. Por fim, a sociedade mantém a expectativa de que governos reduzam a distância entre ricos e pobres, jogando no colo dos muito ricos maior responsabilidade pelo financiamento de políticas sociais.

Estas mensagens gerais foram dadas de maneira detalhada em cada um dos gráficos que resumem esta pesquisa. Buscando simplificar a visualização, a Oxfam Brasil fez dois tipos de análise. A primeira trata dos resultados do total amostral, com o universo dos entrevistados. A segunda lança o olhar sobre recortes da amostra, por renda (pessoas que ganham até 1 salário mínimo individualmente VS. pessoas que ganham mais de 5 salários mínimos individualmente), por raça (pretos, pardos e brancos) e por sexo (homens e mulheres).

Os resultados foram dispostos em três subgrupos: **1. Percepções sobre desigualdades no Brasil; 2. Percepções sobre as causas das desigualdades; e 3. Percepções sobre as soluções para as desigualdades.**

1. PERCEPÇÕES SOBRE AS DESIGUALDADES NO BRASIL

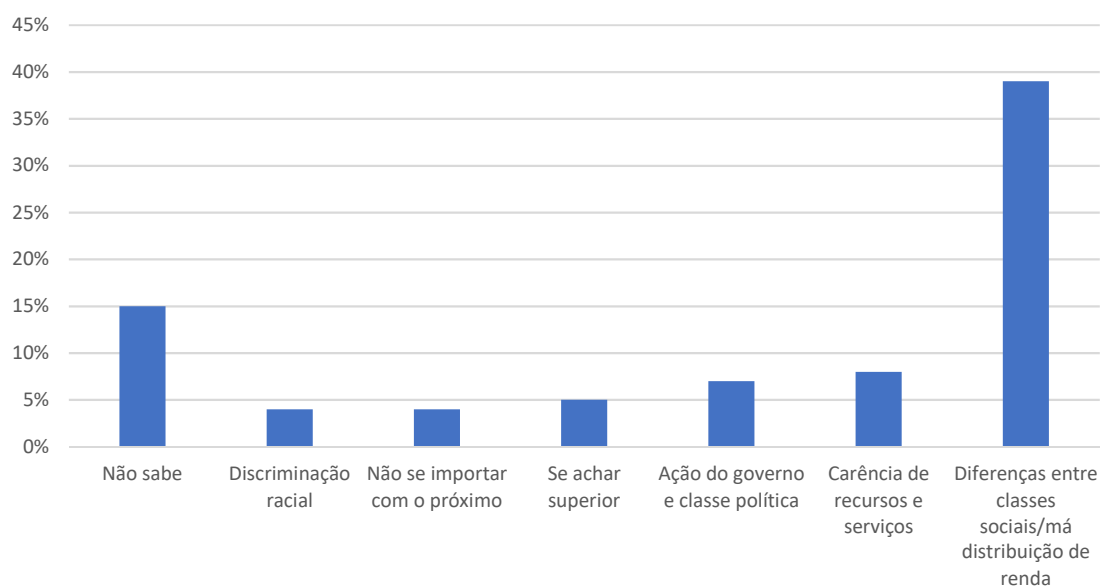
1.1. DESIGUALDADE É, SOBRETUDO, DIFERENÇA SOCIOECONÔMICA

Quando apresentada a pergunta “o que é desigualdade?”, as maiores frequências de resposta dizem respeito às desigualdades socioeconômicas. Destacam-se aquelas que tratam das diferenças de classe social e má distribuição da renda (39% dos respondentes), carência de recursos e serviços (8% dos respondentes), e diferenças na ação do governo e da classe política (7%).

Chama a atenção que, agrupadas, as diversas respostas relacionadas às “atitudes pessoais” somam 17% do total, incluindo temas como, por exemplo, a postura de “se achar superior” (5%) ou “não se importar com o próximo” (4%).

Por outro lado, 15% dos entrevistados não souberam responder à pergunta, indicando a importância de se fazer o debate sobre as desigualdades com o conjunto da sociedade. Além disso, somente 4% citam discriminação racial como uma forma de desigualdade, número demasiado baixo para uma sociedade tão discriminatória, e apenas 1% cita discriminação sexual, também pouco condizente com nosso contexto social. O **Gráfico 1** apresenta as respostas mais utilizadas.

Gráfico 1. “Pelo que você sabe ou imagina, o que é desigualdade?” – população geral



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

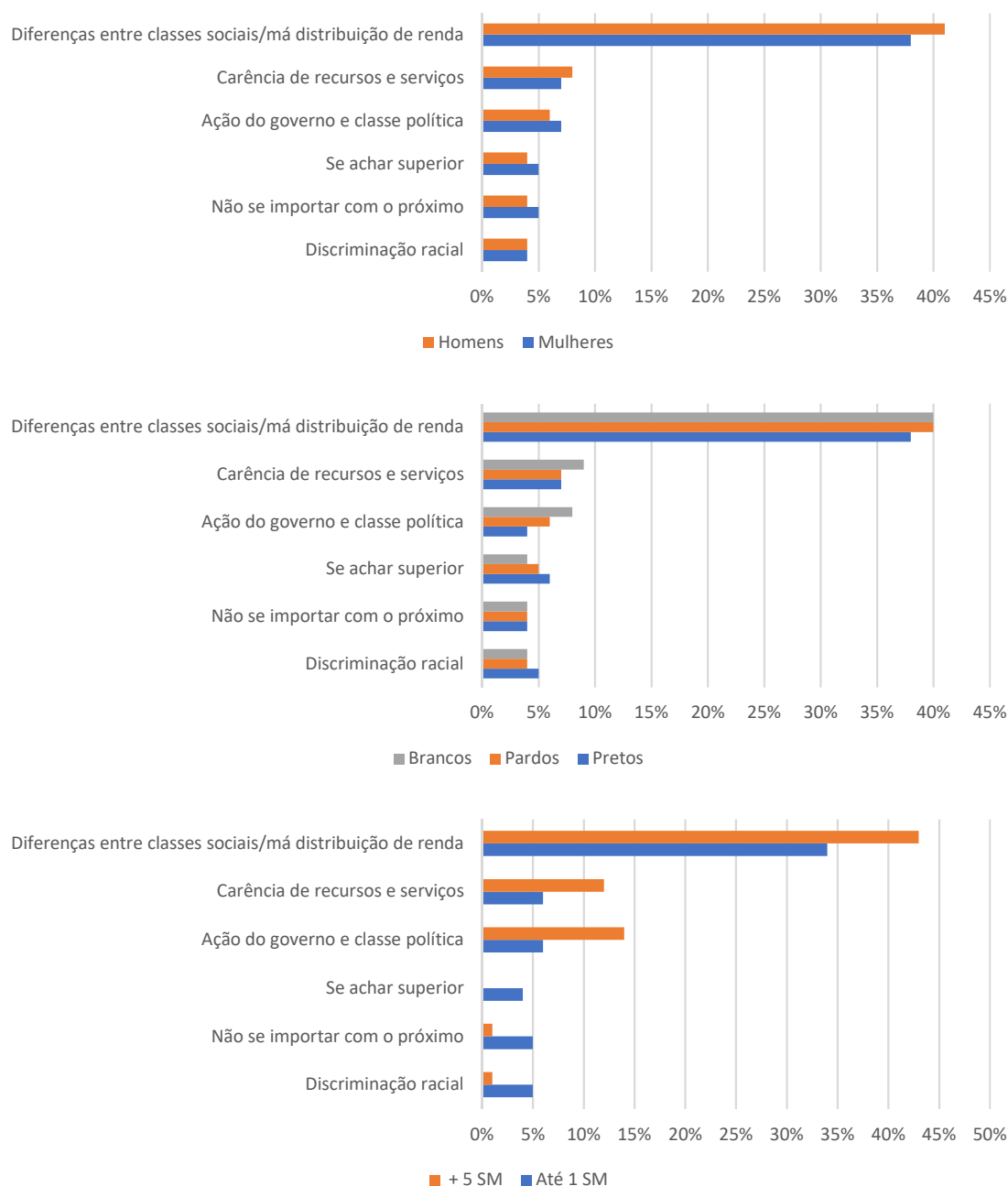
Nota: Pergunta aberta, com múltiplas respostas agrupadas pelo Instituto Datafolha

Detalhando um pouco mais as respostas para a pergunta “o que é desigualdade?”, uma expressiva maioria dos entrevistados da faixa de renda de mais de 5 salários mínimos (69%) respondeu “má distribuição de renda” ou correlatos, contra 46% dos que ganham até um salário mínimo por mês. Já nas respostas relacionadas a “atitudes pessoais”, estas são importantes para pessoas das menores faixas de renda – 20% dos respondentes que ganham até 1 salário mínimo conectam desigualdade a “não se importar com o próximo” ou correlatos, enquanto esse número é de 12% para pessoas com renda superior a 5 salários mínimos.

Dentro dos que apontam discriminação racial como causa principal das desigualdades não há grandes variações, mas é válido mencionar que o racismo foi mais apontado como

desigualdade por pessoas com renda de 1 até salário mínimo (5%) do que por pessoas de renda superior a cinco salários mínimos (1%). Isto é observado no **Gráfico 2**.

Gráfico 2. “Pelo que você sabe ou imagina, o que é desigualdade?” – por sexo, raça e faixa de renda



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Nota: Pergunta aberta, com múltiplas respostas agrupadas pelo Instituto Datafolha

Considerando a desigualdade mais percebida na questão anterior, a de renda, existe uma alta concordância da população sobre as assimetrias gerais. Do total da amostra, 91% das pessoas percebem que “poucas pessoas ganham muito dinheiro enquanto muitos ganham pouco”. Destas, 81% concordam totalmente, deixando pouca margem de dúvida acerca do sentimento geral de má distribuição de renda no Brasil. Estes dados são vistos no **Gráfico3**.

Gráfico 3. “No Brasil, poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Considerando os recortes amostrais, no **Gráfico 4**, é possível observar que pessoas de renda mais baixa tendem a perceber um pouco menos as desigualdades do que pessoas de rendas mais altas, em que pese esta diferença ser muito pequena. Em geral, a percepção de alta desigualdade no Brasil é igualmente distribuída entre os diferentes grupos.

Gráfico 4. “No Brasil, poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro” – por sexo, raça e faixa de renda (em %)



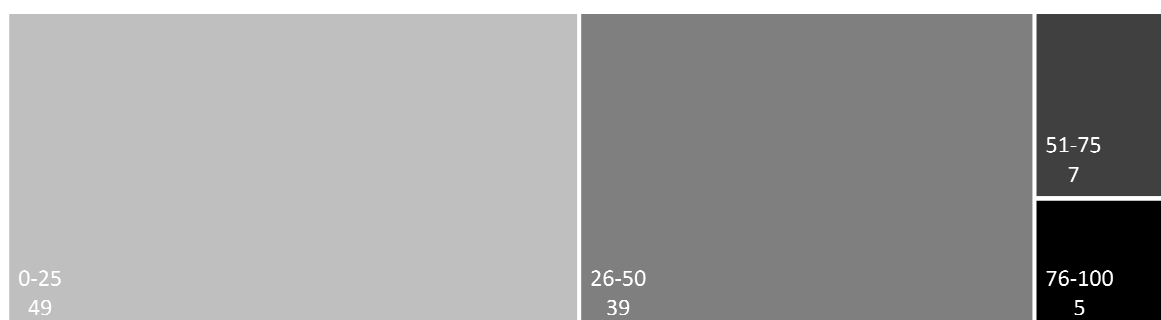
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

1.2. OS RICOS SÃO “OS OUTROS”

A pesquisa aponta uma percepção geral de que a maioria da população brasileira vive mais próxima da pobreza do que da riqueza. Para quase metade dos entrevistados (49%), a maior parte dos brasileiros está entre 0 e 25, numa escala de pobreza-riqueza que vai de 0 a 100, ou seja, localizados no quartil mais pobre, conforme visto no **Gráfico 5**.

De fato, esta percepção é corroborada pela realidade. Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) anual, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% dos brasileiros ganhavam menos de 1 salário mínimo em 2015, e 80% ganhavam até 2 salários mínimos². Trata-se de um imenso contingente populacional com renda relativamente baixa, o que aumenta a percepção de que somos uma população majoritariamente de “pobres”.

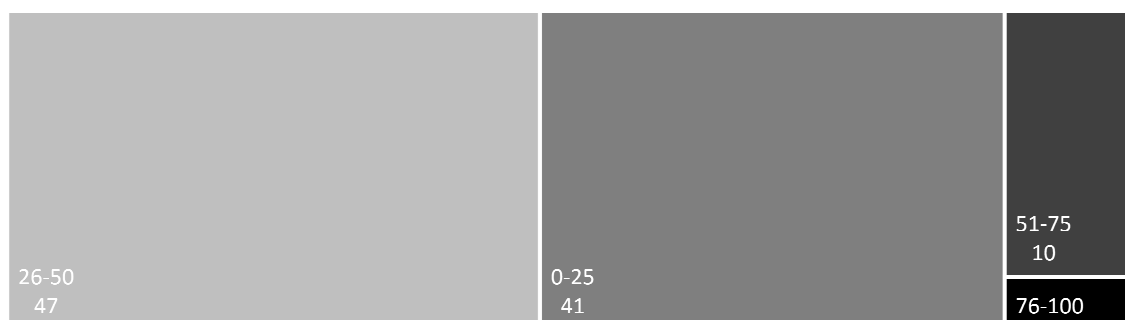
Gráfico 5. “Em uma escala de 0 a 100, em que em 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e em 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você colocaria a maioria da população brasileira?” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

O descolamento da realidade ocorre quando os entrevistados são convidados a se auto posicionarem na escala de pobreza-riqueza. A maior parte dos brasileiros se coloca na metade mais pobre da escala – 88% dos entrevistados acreditam estar entre 0 e 50, e 4 em cada 10 brasileiros dizem ser parte do grupo localizado entre 0 e 25, o quartil mais pobre. Por outro lado, apenas 2% de toda a população se coloca entre os 76 e os 100 na escala, número bastante subestimado, considerando a distribuição de renda do país. Este contraste fica evidente no **Gráfico 6**.

Gráfico 6. “Em uma escala de 0 a 100, na qual em 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e em 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?” – população geral (em %)



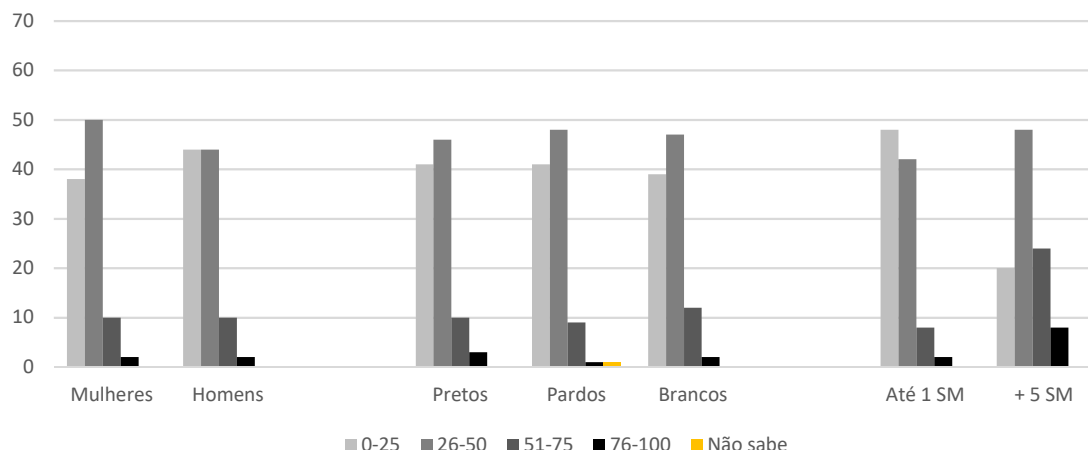
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Olhando para os recortes amostrais, nota-se uma diferença mínima de percepção entre pretos, pardos e brancos sobre onde eles se localizam na escala de renda – como mostra o **Gráfico 7** –, não obstante pretos e pardos terem, juntos, renda de apenas 57% do que ganham brancos³. Na comparação entre homens e mulheres também há pouca diferença – ainda que mulheres tenham renda geral de apenas 62% da renda de homens⁴.

Entre pessoas com renda individual de até um salário mínimo, e aquelas com renda superior a cinco salários mínimos, há diferenças maiores: 90% do primeiro grupo relata ser parte da metade mais pobre da escala, enquanto essa proporção é de 68% para o segundo. Ainda assim, apenas 8% das pessoas com renda acima dos 5 salários mínimos se declaram parte do quartil mais alto da escala de pobreza-riqueza.

Trata-se de percepção que contrasta com a realidade da concentração de renda brasileira. A faixa dos 20% mais ricos se inicia em uma renda familiar per capita de cerca de dois salários mínimos⁵, enquanto seriam necessários apenas três salários mínimos per capita em uma família para que esta faça parte dos 10% mais ricos⁶. No caso dos respondentes de renda superior a 5 salários mínimos, estes se encaixam no grupo dos 10% mais ricos do país, considerada aqui a renda individual⁷, e não na metade mais pobre como se declara a maioria dos entrevistados pelo Datafolha pertencentes à maior faixa de renda da pesquisa.

Gráfico 7. “Em uma escala de 0 a 100, na qual em 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e em 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?” – por sexo, raça e faixa de renda (em %)



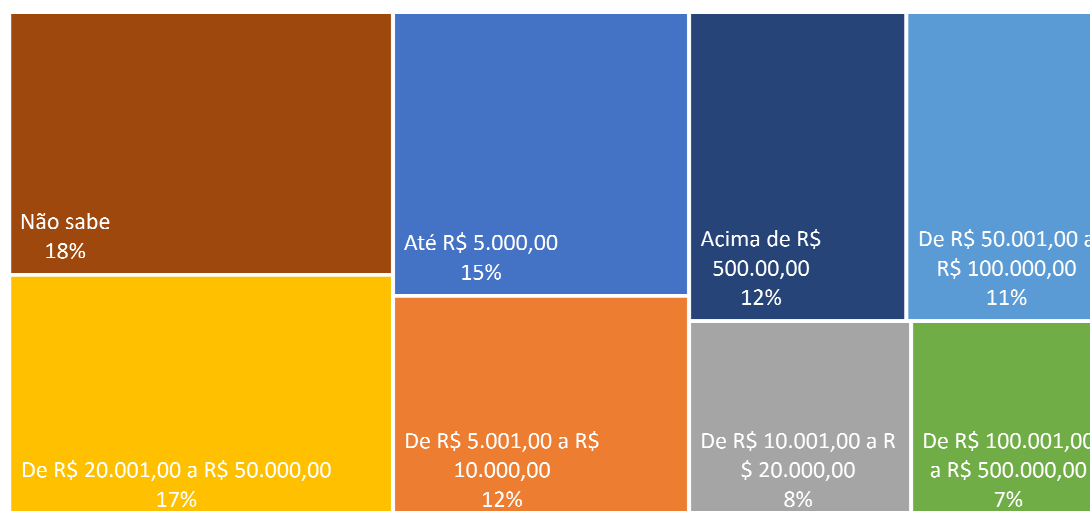
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

A pesquisa vai nos mostrando como existe uma percepção das desigualdades, ao mesmo tempo em que essa mesma percepção subestima o seu tamanho real. Tal interpretação é reforçada pela pergunta que trata da renda necessária para integrar os 10% mais ricos do País.

Para 67% dos brasileiros, seriam necessários mais de R\$ 5.000,00 mensais para compor os 10% mais ricos, percepção que passa ao largo da realidade. Quase metade da população – 47% – acredita serem necessários R\$ 20.000,00 por mês para compor o grupo dos 10% mais ricos, 7 vezes mais do que é realmente necessário⁸. Há, também, um grupo importante, de 19% dos respondentes, que corta os 10% mais ricos na renda dos R\$ 100.000,00 mensais. Estes dados estão expostos no **Gráfico 8**.

Nesta questão, as percepções se fragmentam bastante nas faixas oferecidas, e ainda há quase um quinto dos respondentes que declararam não saber a renda necessária para estar entre os 10% mais ricos. São indicadores de que há muito debate a ser feito para que os brasileiros percebam a dimensão das desigualdades do País.

Gráfico 8. “Pelo que você sabe ou imagina, quanto você precisaria ganhar por mês para fazer parte dos 10% de brasileiros mais ricos do país?” – população geral

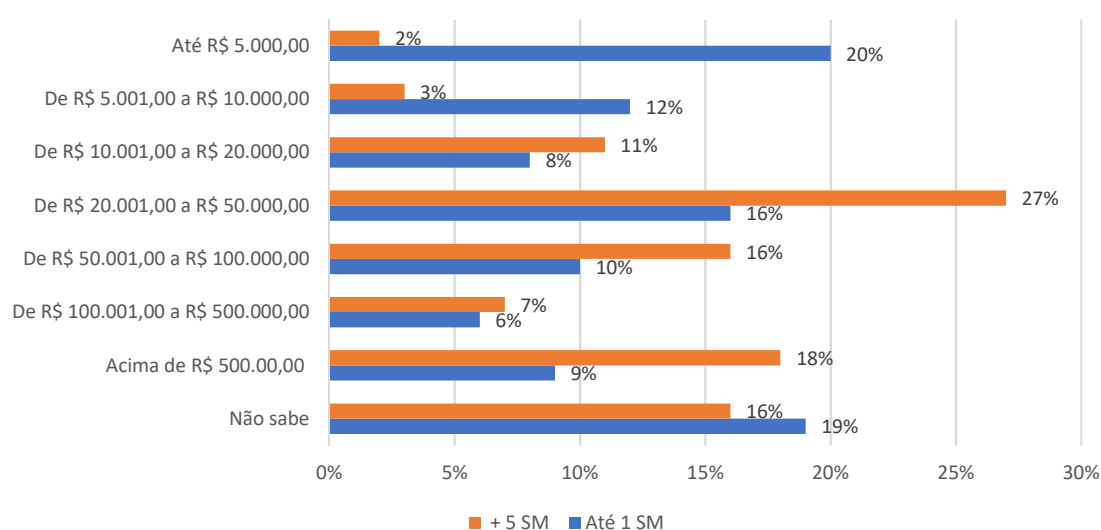


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Para os brasileiros, os ricos são “os outros”. Quanto maior a faixa de renda, maior é a renda necessária para fazer parte dos 10% mais ricos, de acordo com as respostas dos entrevistados. Essa cascata de projeções fica evidente no **Gráfico 9**.

Apenas 2% dos respondentes com renda superior a 5 salários mínimos acreditam que são necessários até R\$ 5.000,00 para ser parte dos 10% mais ricos, enquanto esta proporção é de 20% para pessoas cuja renda individual não passa de um salário mínimo. Por outro lado, para 68% dos entrevistados com rendas mais altas, o piso mínimo para adentrar o decil mais rico seria de R\$ 20.000,00, interpretação de apenas 43% dos brasileiros com baixa renda.

Gráfico 9. “Pelo que você sabe ou imagina, quanto você precisaria ganhar por mês para fazer parte dos 10% de brasileiros mais ricos do país?” – população geral

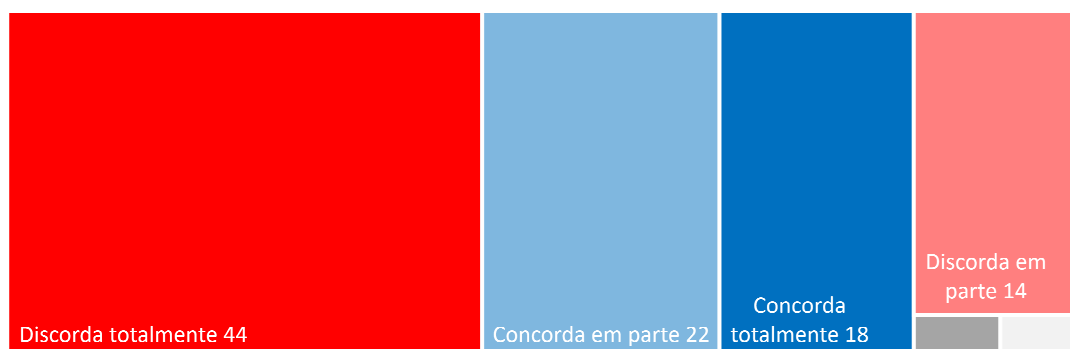


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

1.3. O PESSIMISMO É A REGRA QUANDO O ASSUNTO É DESIGUALDADE

Apesar de avanços recentes no que diz respeito à redução de desigualdades de renda do trabalho, sobretudo aqueles observados na primeira década e meia dos anos 2000⁹, bem como na oferta de alguns serviços como energia elétrica, água e esgoto¹⁰, ainda existe uma sensação geral de que a desigualdade entre ricos e pobres não diminuiu nos últimos anos – 58% da população consultada acredita que nada ou pouco mudou. O **Gráfico 10** dispõe os dados da população geral em relação à concordância com a afirmação de que a diferença entre ricos e pobres diminuiu recentemente.

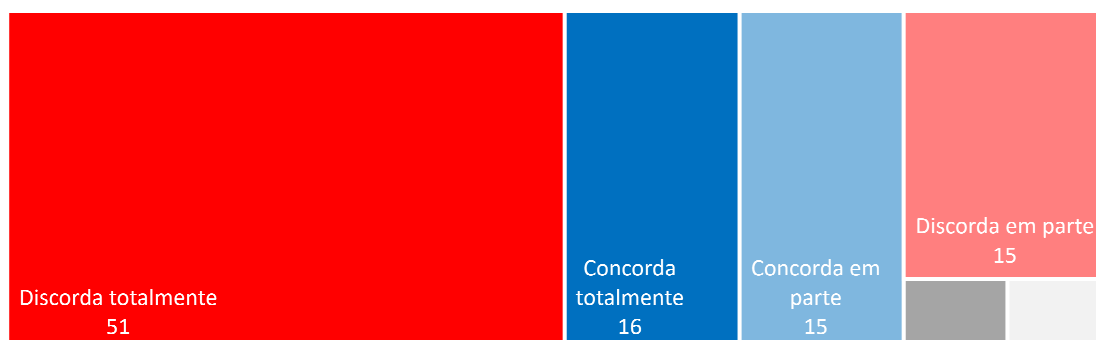
Gráfico 10. “A diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil diminuiu nos últimos anos” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Ato contínuo, sem enxergar o que melhorou no passado, a grande maioria da população brasileira se mostra pouco esperançosa em relação ao futuro. De fato, dois terços dos entrevistados discordaram da afirmação de que a diferença entre ricos e pobres irá diminuir, contra 31% de otimistas que acreditam em alguma melhora, como visto no **Gráfico 11**.

Gráfico 11. “Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil” – população geral (em %)

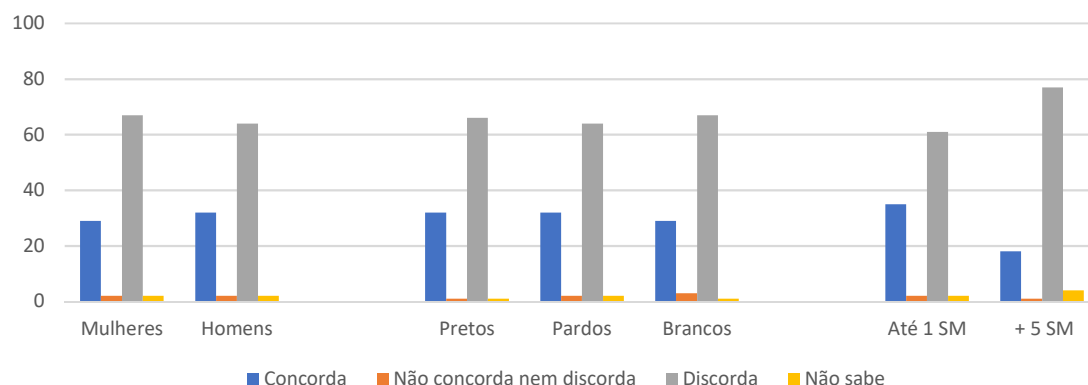


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Pessoas com rendas mais altas são mais pessimistas. Dentre aqueles que ganham mais de 5 salários mínimos, 77% discordam em algum grau de que haverá redução de desigualdade entre pobres e ricos, contra 61% dentre as pessoas com renda de até um salário mínimo. Esta diferença não é observada nos recortes de raça e sexo, em que pese as mulheres serem um

pouco mais pessimistas que homens, e brancos menos esperançosos que pretos e pardos. Vide o **Gráfico 12**.

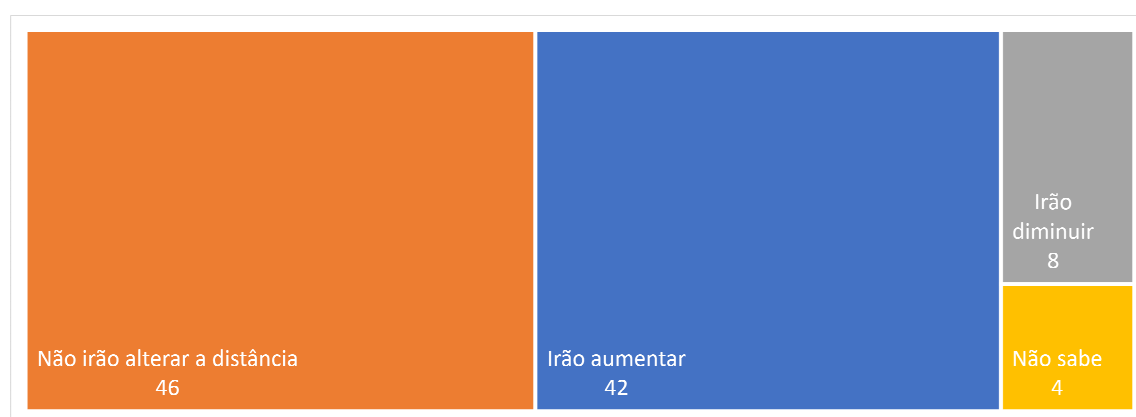
Gráfico 12. “Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil” – por sexo, raça e faixa de renda (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

O pessimismo geral aumenta se o foco é trazido para o futuro mais imediato. Do total de entrevistados, 88% acreditam que a distância entre ricos e pobres não deve se alterar ou que irá aumentar ainda mais com as atuais medidas tomadas pelo governo federal, conforme demonstra o **Gráfico 13**. Por outro lado, apenas 8% acreditam que haverá menos desigualdade após a implementação da agenda atual do governo.

Gráfico 13. “Na sua opinião, de modo geral, as medidas que estão sendo tomadas neste momento pelo governo federal irão aumentar, diminuir ou não irão alterar a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

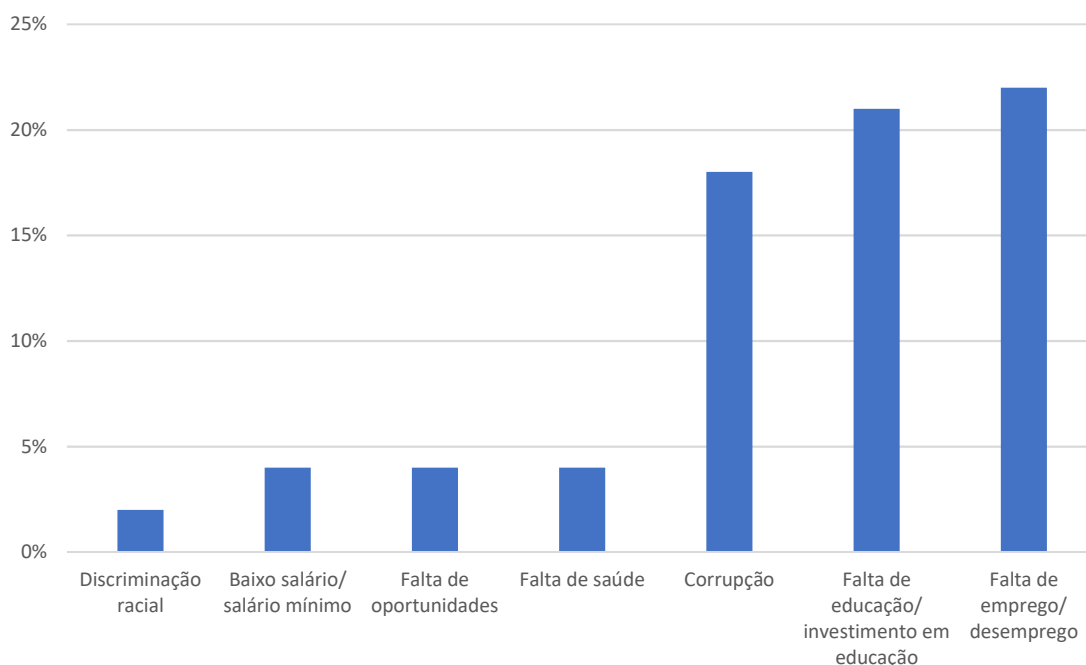
2. PERCEPÇÕES SOBRE AS CAUSAS DAS DESIGUALDADES

2.1. FALTAM EMPREGO E EDUCAÇÃO. SOBRA CORRUPÇÃO

Quando perguntados sobre as principais causas das desigualdades, os brasileiros reunidos na amostra desta pesquisa apontam três grandes temas a serem endereçados: emprego, educação e corrupção. Como mostra o **Gráfico 14**, para 22% dos entrevistados, o desemprego está entre as principais causas da desigualdade de renda no Brasil, seguido pela falta de educação, com 21%, e prática da corrupção, com 18%¹¹.

Outros apontamentos relevantes são a falta de oportunidade, a falta de saúde e o baixo salário mínimo (4% cada um). Por outro lado, nota-se que não há grande identificação de desigualdades com discriminação racial ou carência de recursos e serviços.

Gráfico 14. “Na sua opinião, quais as principais causas da desigualdade de renda no Brasil? Mais alguma?” – população geral

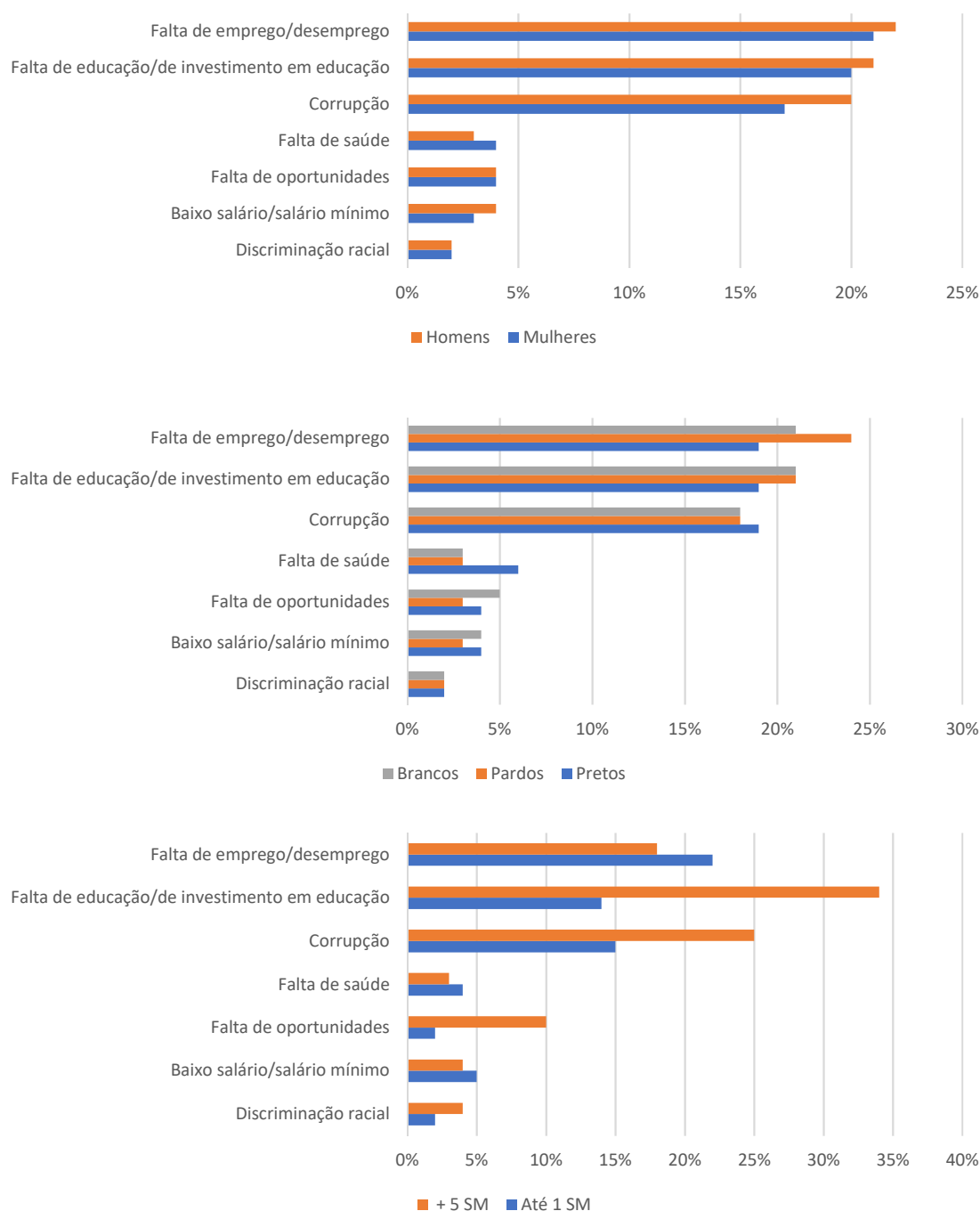


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Nota: Pergunta aberta, com múltiplas respostas agrupadas pelo Instituto Datafolha

Pessoas com renda superior a 5 salários mínimos dão mais ênfase do que indivíduos de renda de até um salário mínimo em dois temas: falta de investimentos em educação e corrupção. O contrário ocorre no apontamento do desemprego como principal fator, algo defendido mais por pessoas de faixas de renda menores do que aqueles de renda mais alta. Os recortes amostrais de sexo e raça apontam pequenas variações, como visto no **Gráfico 15**.

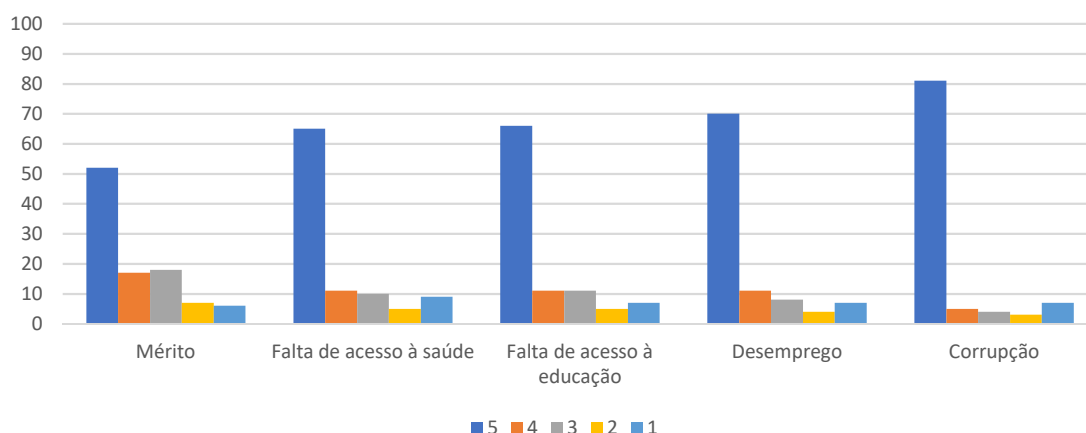
Gráfico 15. “Na sua opinião, quais as principais causas da desigualdade de renda no Brasil? Mais alguma?” – por sexo, raça e renda



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Quando solicitados a darem peso às possíveis causas das desigualdades, nota-se novamente o destaque que a corrupção tem para os entrevistados, seguida do mercado de trabalho e da educação. O **Gráfico 16** resume esta comparação, revelando que 81% dos brasileiros acreditam que a corrupção “contribui muito” para as desigualdades, número que é de 70% para desemprego e 66% para educação.

Gráfico 16. “Considerando uma escala de 1 a 5, onde 1 significa não contribui e 5 contribui muito, quanto, de 1 a 5, a/o (CITE CADA ITEM) contribui para a desigualdade de renda no Brasil” – população geral (em %)



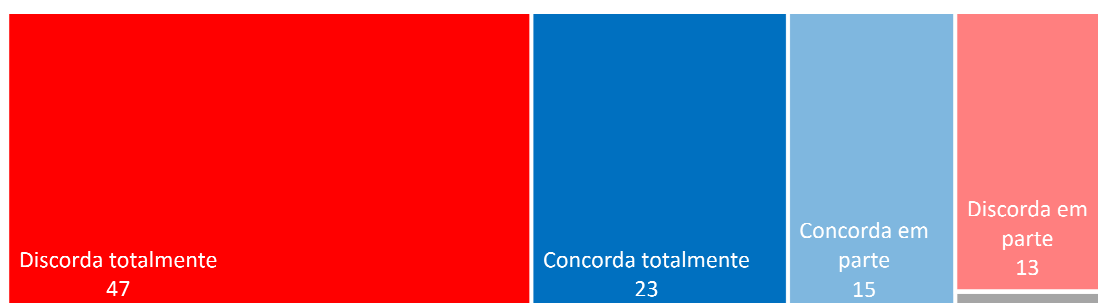
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

2.2. MÉRITO NÃO EXPLICA DESIGUALDADES

Voltando ao **Gráfico 16**, é importante notar que o mérito, a despeito de contribuir muito para as desigualdades segundo 52% dos entrevistados, é comparativamente menos importante do que os demais. Tal constatação nos permite inferir que, para os brasileiros, as desigualdades não são simplesmente produto das diferentes capacidades e níveis de esforço individual. Isto se confirma nos **Gráficos 17 e 18**.

No primeiro caso, testamos a afirmação de que, por meio de muito esforço de trabalho dos pobres, equipara-se a chance deles terem uma vida tão bem-sucedida quanto a daquelas pessoas nascidas ricas e que também trabalham muito. Tal máxima foi rechaçada, em algum grau, por 60% dos respondentes, demonstrando que uma maioria de brasileiros não acredita no “esforço pessoal” como saída única para a redução de desigualdades. Essa percepção reforça a importância do papel do Estado.

Gráfico 17. “No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito” – população geral (em %)

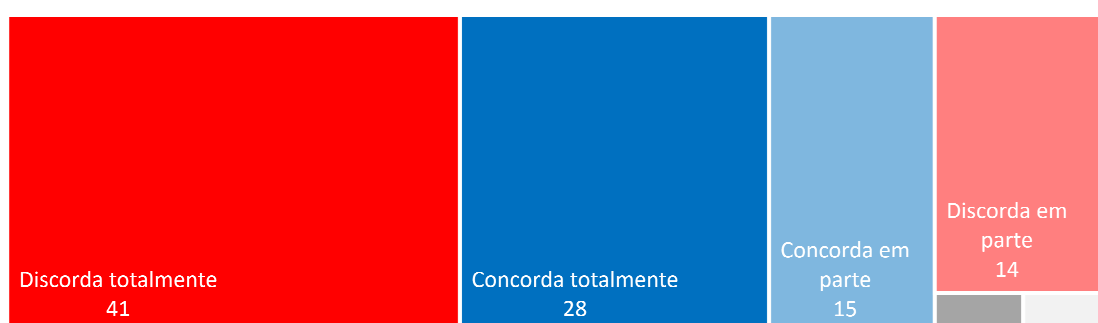


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Já no **Gráfico 18**, testamos a hipótese de que, por meio da educação, crianças pobres podem se tornar adultos bem-sucedidos tanto quanto crianças ricas. Uma diferença importante em relação à questão anterior é o papel atribuído à educação como fator chave na determinação de desigualdades, como vimos nas causas e veremos nas soluções.

Os resultados apontam que a maioria da população brasileira – 55% – não acredita que a educação, sozinha, seja capaz de garantir a igualdade de oportunidade para uma vida igualmente bem-sucedida entre ricos e pobres. Por outro lado, 43% dos respondentes concordam com esta ideia, sendo que 28% concordam totalmente. Se, por um lado, não há uma maioria convincente contra a ideia de meritocracia, por outro, não há suporte majoritário à ideia de que “basta dar educação”.

Gráfico 18. “No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica” – população geral (em %)



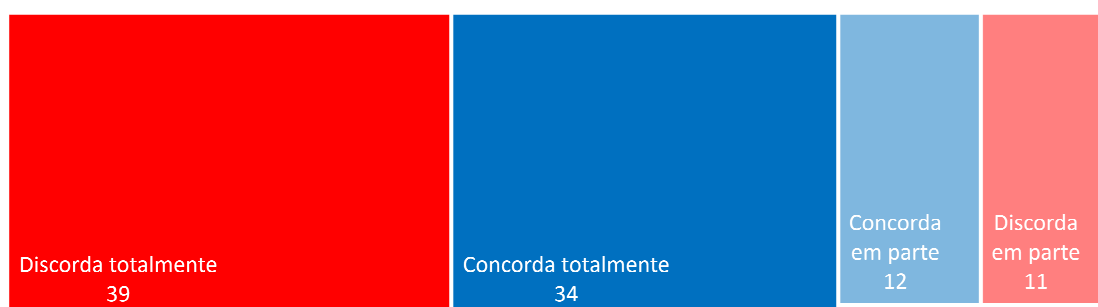
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

2.3. DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES E RACISMO CAUSAM DESIGUALDADE

Ainda que, conforme apresentado no **Gráfico 1**, um número reduzido de 4% considere a discriminação racial como expressão de desigualdade, quase a metade da população (46%) concorda que negros ganham menos por serem negros. Esse dado nos permite dizer que o racismo é percebido como central na desigualdade de renda. É o que aponta o **Gráfico 19**.

É interessante notar como nesta questão, mais que nas questões de concordância/discordância anteriores, as opiniões estão localizadas mais aos extremos do espectro, ou seja, na “concordância total” e na “discordância total”.

Gráfico 19. “Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

O mesmo teste foi feito para a discriminação de mulheres. Ao contrário do racismo, na população amostral geral existe maior concordância que discordância – 57% concordam que mulheres ganham menos por serem mulheres, enquanto 41% discorda. De fato, 44% dos brasileiros concordam totalmente com a afirmação, conforme demonstra o **Gráfico 20**.

Gráfico 20. “Mulheres ganham menos que homens no mercado de trabalho pelo fato de serem mulheres” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

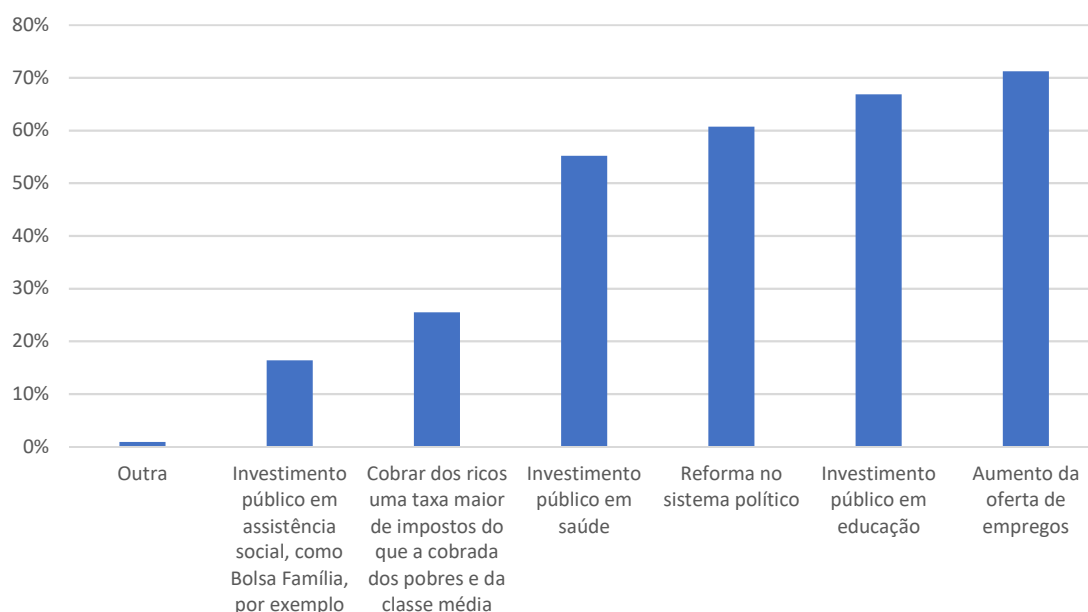
3. PERCEPÇÕES SOBRE AS SOLUÇÕES PARA AS DESIGUALDADES

3.1. RICOS QUEREM EDUCAÇÃO, POBRES QUEREM EMPREGO

Dentre as soluções para as desigualdades oferecidas em nosso questionário e ponderadas pelos entrevistados, destacam-se a oferta de empregos (71%), investimentos públicos em educação (67%) e a reforma do sistema político (61%), seguidas por aumento no investimento público em saúde (55%), redistribuição da carga tributária (25%) e expansão da assistência social (16%) – dados do **Gráfico 21**. Trata-se de uma espécie de espelho das respostas sobre as causas das desigualdades, que seguiram a mesma linha.

Aqui, novamente é visível como a população apresenta percepções coerentes sobre as desigualdades, apontando saídas que são corroboradas por diversos estudos sobre o tema. As políticas trabalhistas foram responsáveis pela maior parte da queda do índice de Gini de renda na primeira década de 2000¹², e os gastos públicos em saúde e educação têm se mostrado também muito importantes para o aumento da renda de famílias mais pobres¹³. Ademais, não obstante o sistema tributário receber uma atenção secundária quando se pensa em soluções para as desigualdades, mudanças na forma de composição da receita do Estado estão entre as principais saídas apontadas por 25% dos respondentes.

Gráfico 21. “Na sua opinião, dentre as opções nesta lista, qual a principal solução para diminuir a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil? E em 2º lugar? E em 3º lugar?” – população geral



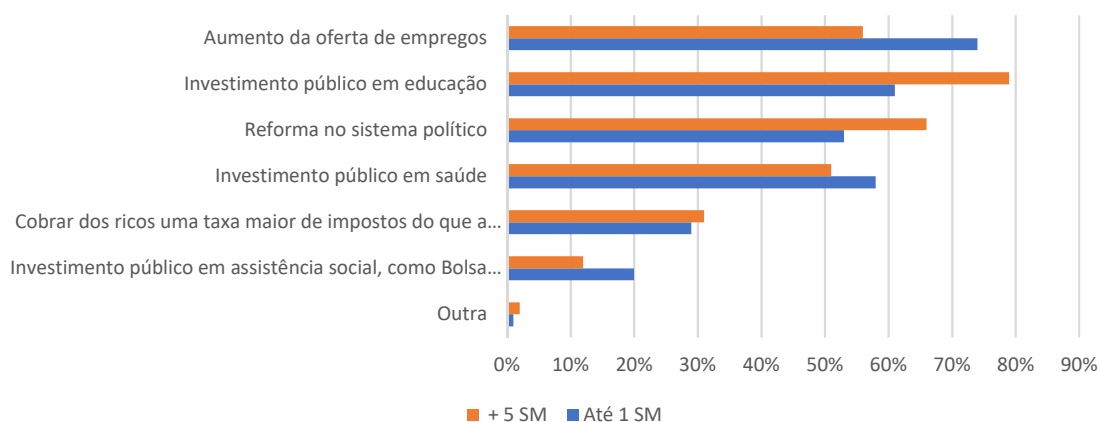
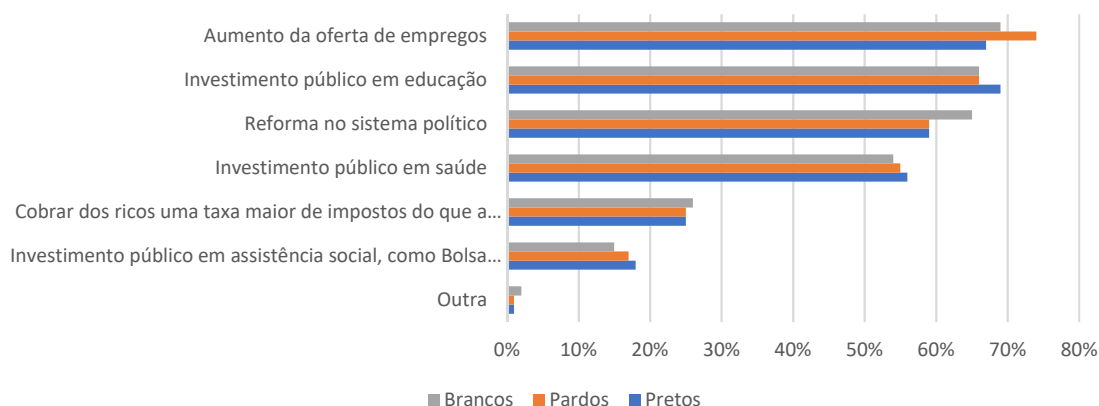
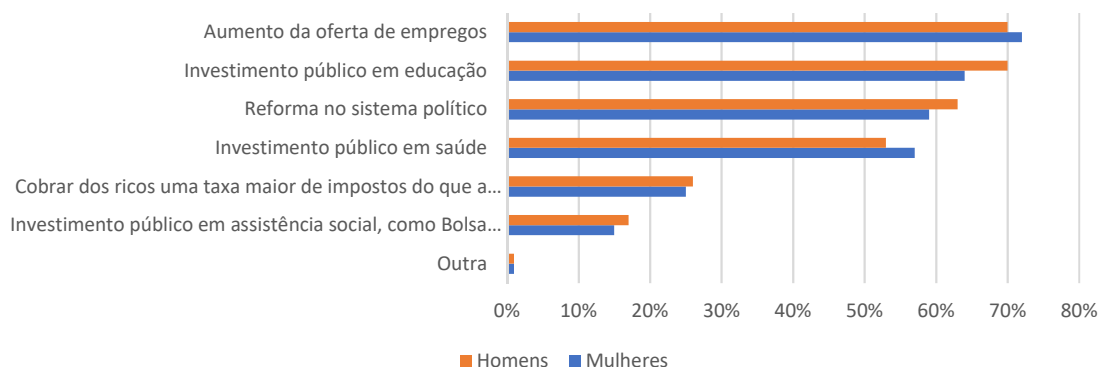
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Nota: Os resultados dos apontamentos das três opções foram agregados neste gráfico

Observando como se posicionam diferentes grupos sociais, como visto no **Gráfico 22**, vê-se que os maiores contrastes estão entre as faixas de renda mais alta e mais baixa. Enquanto a faixa de alta renda (acima de 5 salários mínimos) defende mais a educação (79%) e reforma no sistema político (66%) como saídas, a faixa mais pobre (até um salário mínimo) quer, mais emprego (74%) e saúde (51%). Há sentido nisso, tanto considerando que o desemprego afeta mais os mais pobres que os mais ricos, quanto reconhecendo a correlação inversa entre renda e acesso à saúde pública¹⁴.

Na comparação por sexo, homens querem relativamente mais educação e reforma no sistema político, e mulheres querem relativamente mais saúde, em que pese as variações serem pequenas. Na comparação por raça, há ainda menor variação, com brancos se destacando no apoio à reforma política, e pretos acreditando mais na educação. Aumentar a tributação de ricos em relação à classe média e aos pobres teve apoio em qualquer grupo analisado.

Gráficos 22. “Na sua opinião, dentre as opções nesta lista, qual a principal solução para diminuir a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil? E em 2º lugar? E em 3º lugar?” – por sexo, raça e renda



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

3.2. COMBATE ÀS DESIGUALDADES É PAPEL DO ESTADO

O **Gráfico 23** nos permite afirmar o papel central do Estado no enfrentamento das desigualdades. A pesquisa demonstra que existe um amplo apoio (79%) à ideia de que os governos têm a obrigação de trabalhar para diminuir as diferenças entre ricos e pobres.

Gráfico 23. “Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Além de ser necessário para reduzir as desigualdades entre pessoas, é esperado que os governos atuem para equalizar as desigualdades regionais, seja pelo nível de renda e riqueza (**Gráfico 24**) seja pela oferta de serviços (**Gráfico 25**).

No primeiro caso, 82% dos brasileiros acreditam que “O governo... deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país”, afirmação com a qual 66% concordam totalmente e que garante uma ampla maioria que oferece suporte à ação governamental para a correção de desigualdades regionais.

Gráfico 24. “O governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Como demonstra o **Gráfico 25**, também existe um amplo apoio à ação governamental no sentido de oferecer serviços básicos em todas as regiões, especialmente aquelas com serviços ruins. Novamente, 82% dos respondentes acreditam que “o governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade

dos Estados que têm serviços públicos bons”, afirmação com a qual duas em cada três pessoas concordam totalmente.

Gráfico 25. “O governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

3.3. AUMENTO DE IMPOSTOS? SIM, PARA OS MUITO RICOS

Via de regra, brasileiros são contra o aumento de impostos. Este é um assunto árido, que fica de lado em debates mais comuns sobre desigualdades. A própria valorização do sistema tributário como solução às desigualdades é subestimada, como apontou esta pesquisa, anteriormente.

De acordo com o **Gráfico 26**, 75% dos brasileiros são contra o aumento geral de impostos para o financiamento do Estado. Trata-se de nível semelhante ao observado em outras pesquisas, onde esta mesma pergunta foi realizada¹⁵.

Gráfico 26. “O governo deve aumentar mais os impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam” – população geral (em %)



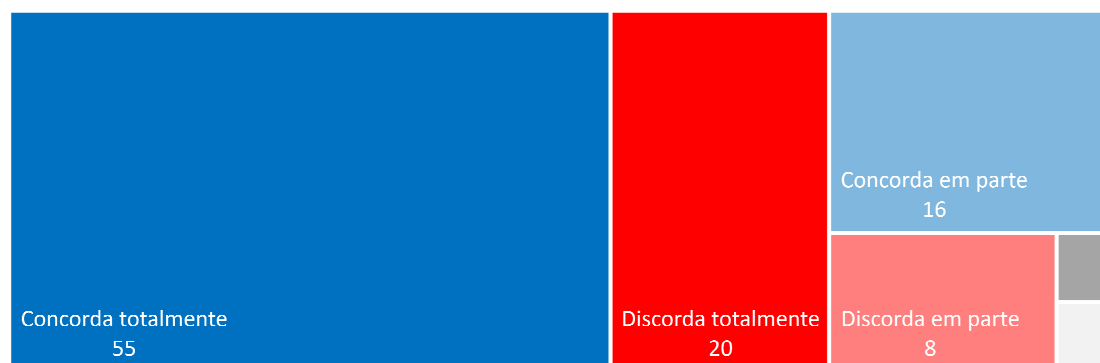
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Quando consultamos a população sobre a cobrança maior de impostos especificamente de pessoas muito ricas, o cenário se inverte, como mostra o **Gráfico 27**. O expressivo número de 71% dos entrevistados apoia o aumento de impostos para pessoas muito ricas, desmistificando a ideia de que o brasileiro é anti-impostos “por princípio”.

Ao mesmo tempo, vale lembrar que, como vimos anteriormente, a maioria dos brasileiros não se acha pertencente ao grupo dos “muito ricos” (e de fato não o são, seja no caso

desta pesquisa, seja no universo maior da população), ainda que não delimitemos este grupo de maneira objetiva. De qualquer forma, isto implica interpretar que o apoio ao aumento de impostos existe enquanto ele não seja sobre o próprio entrevistado.

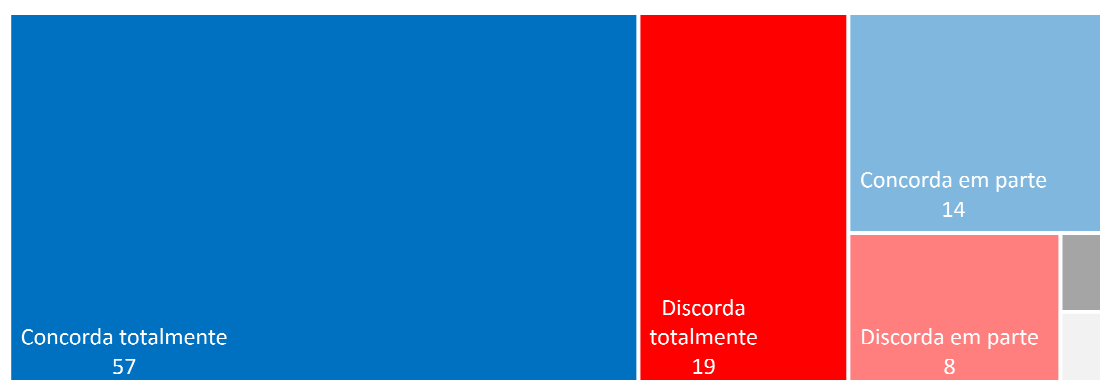
Gráfico 27. “O governo deve aumentar os impostos somente de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Assim como o apoio geral da tributação de pessoas muito ricas, existe amplo apoio ao conceito de progressividade. Isto é importante ser destacado, dado que o imposto de renda não é inteiramente progressivo, sendo extremamente benevolente com super-ricos. Conforme mostra o **Gráfico 28**, 71% dos brasileiros acreditam que quanto mais rico, maior deve ser a proporção do imposto pago.

Gráfico 28. “Quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos” – população geral (em %)

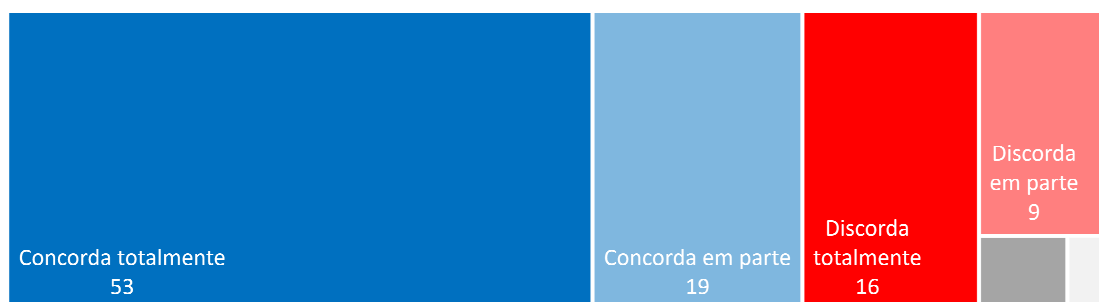


Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

Por fim, testamos a aderência à ideia de redistribuição da carga tributária, tema central na redução de desigualdades no Brasil. Como se sabe, o peso dos tributos indiretos é bastante alto no sistema tributário nacional, o que acaba por onerar mais quem ganha menos¹⁶.

O que o **Gráfico 29**, nos mostra é um apoio geral – 72% dos brasileiros – à redução da carga indireta e aumento da carga direta sobre pessoas muito ricas, duas correções simultâneas que qualquer reforma tributária deveria ter como princípio para que o sistema corrija suas injustiças.

Gráfico 29. “O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos” – população geral (em %)



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2017

NÓS E AS DESIGUALDADES

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta¹⁷. A má distribuição de renda, patrimônio e serviços essenciais marca a forma pela qual se organiza nossa sociedade, e representa hoje o maior desafio de nosso tempo.

Como expusemos em nosso relatório “A Distância que Nos Une”, 5% da população tem a mesma fatia da renda nacional que os demais 95%¹⁸, e um trabalhador que vive de um salário mínimo levaria 19 anos para ganhar o mesmo que uma pessoa do 0,1% mais rico ganha em um mês, em média¹⁹. Quase metade de todo o patrimônio nacional está nas mãos do topo da pirâmide social (1%), e o acesso a água e a esgoto varia proporcionalmente ao valor da renda média dos brasileiros.

A pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha atesta que essas diferenças não passam despercebidas. Nós sentimos as desigualdades, entendemos algumas de suas principais causas imediatas e somos assertivos no apontamento de suas soluções. Por meio dessas posições, reafirmamos valores que permeiam as atitudes de brasileiras e brasileiros.

Somos uma sociedade que apoia um ideal de justiça social. Acreditamos no mérito, mas não alienamos o Estado do cumprimento de seu papel básico de redistribuição de renda e serviços básicos. Acreditamos no trabalho, enxergando a discriminação de mulheres e o racismo contra a população negra como barreiras a serem superadas.

Ao mesmo tempo, sofremos com a chaga da corrupção, que ocupa um espaço desproporcional na agenda pública. Temos muitas dúvidas sobre o que é desigualdade, e não temos a real dimensão da concentração de renda e patrimônio no país. Aqui residem alguns de nossos desafios.

Esta pesquisa é um ponto de partida para a proposição de agendas para a redução de desigualdades que se apoiem nas percepções dos brasileiros. Por meio dela, a Oxfam Brasil tem a intenção de manter alimentado um debate público necessário e urgente sobre a redução de desigualdades, oferecendo mais conteúdo para a sociedade civil organizada, formuladores de política pública, políticos, acadêmicos e interessados em geral.

Por fim, reiteramos nossa agenda, que ganha ainda mais relevância e urgência com base nos apontamentos desta pesquisa. Este apoio é refletido em cada um dos seis eixos que compõem nosso roteiro para a redução de desigualdades.

TRIBUTAÇÃO

Os brasileiros se mostram dispostos a apoiar mudanças no sistema tributário que impliquem seu aumento de progressividade, desonerando a classe média e os mais pobres em prol de uma maior tributação da renda dos super-ricos. Desta forma, reiteramos nossa posição a favor da(o):

- Diminuição da incidência de tributos indiretos;
- Aumento dos tributos diretos;
- Aumento do peso da tributação sobre patrimônio na arrecadação total;
- Aumento da progressividade do IRPF para as camadas de rendas mais altas, criando faixas e respectivas alíquotas;
- Eliminação dos juros sobre capital próprio;
- Fim da isenção sobre lucros e dividendos distribuídos;
- Avanço no combate a mecanismos de evasão e elisão fiscal e;
- Fim de paraísos fiscais.

GASTOS SOCIAIS

A pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha 2017 reforçou o papel do Estado no combate às desigualdades, bem como apontou o investimento público em saúde, educação e assistência social como soluções na redução de desigualdades. A Oxfam Brasil defende:

- Orçamentos públicos das três esferas – federal, estadual e municipal – com recursos adequados para políticas sociais, e que governos os executem;
- Expansão de gastos públicos em educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação e transporte público;
- Revisão do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95 e;
- Medidas que melhorem a qualidade do gasto público, tornando-o mais transparente, mais eficiente, mais progressivo e com efetiva participação social.

EDUCAÇÃO

O presente estudo indica que brasileiros percebem educação como uma das causas principais das desigualdades, bem como uma de suas mais importantes soluções. A Oxfam Brasil acredita que este é, de fato, um dos caminhos fundamentais para a superação das distâncias sociais e econômicas estruturais no país, e portanto defende:

- Drástico aumento na oferta de vagas em creches e escolas infantis, tanto pelo efeito educacional na criança quanto pelo papel de inclusão da mulher no mercado de trabalho;
- Priorização de políticas sobre a preocupante evasão escolar – sobretudo de jovens negros – e a baixa qualidade do ensino público no País;
- Aumento do alcance do ensino superior, sobretudo para jovens negros e de baixa renda e;
- Implementação do Plano Nacional de Educação – PNE.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação é uma causa relevante de desigualdades. A discriminação contra mulheres e o racismo explicam porque mulheres e negros estão entre as menores rendas do Brasil, e são realmente mais percebidas, como aponta a pesquisa. Por isso, a Oxfam Brasil defende:

- Políticas afirmativas para reverter o quadro de discriminação e violência;
- Inserção em ambientes excludentes (universidades, serviço público, mercado de trabalho, especialmente cargos de direção em empresas, entre outros);
- Combate à violência institucional (sobretudo a violência de policiais contra jovens negros, e a violência no atendimento à saúde da mulher negra) e;
- A inclusão da igualdade de gênero e valorização das diversidades nas políticas públicas, como base fundamental para a superação da discriminação racial, de gênero e outras.

MERCADO DE TRABALHO

O desemprego é percebido como a principal causa das desigualdades, e também o terreno onde está a principal solução. Em relação ao mercado de trabalho, a Oxfam Brasil demanda:

- Direito ao exercício do trabalho decente no Brasil;
- A revisão da recentemente aprovada reforma trabalhista, onde ela significou a perda de direitos
- Salário mínimo em aumento contínuo em termos reais

DEMOCRACIA

Corrupção e reforma política são um problema e solução que uma imensa parte dos brasileiros apontou em nossa pesquisa. Sem uma democracia funcional, não é possível reduzir desigualdades. Desta forma, a Oxfam Brasil defende:

- Mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de lobby e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil;
- Combate à corrupção, algo central para o fortalecimento do poder público como agente de redistribuição de renda, riqueza e serviços;
- Mudanças no sistema político, em debate amplo com a sociedade, no sentido de aprofundar nossa democracia, possibilitando a concretização das suas três dimensões, representativa, participativa e direta.

ANEXO 1 – MARGENS DE ERRO

AMOSTRA		MARGEM DE ERRO
POPULAÇÃO GERAL		2%
SEXO	MASCULINO	3%
	FEMININO	3%
RAÇA	BRANCO	4%
	PARDO	3%
	PRETO	5%
RENDA	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	10%
	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	3%

ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES DA AMOSTRA

SEXO	MULHERES	52%
	HOMENS	48%
IDADE	16 A 24 ANOS	19%
	25 A 34 ANOS	20%
	35 A 44 ANOS	19%
	45 A 59 ANOS	23%
	60 ANOS OU MAIS	18%
ESCOLARIDADE	FUNDAMENTAL	34%
	MÉDIO	45%
	SUPERIOR	20%
COR	PARDA	43%
	BRANCA	34%
	PRETA	17%
	AMARELA	4%
	INDÍGENA	2%
REGIÃO	NORTE	7%
	NORDESTE	27%
	CENTRO-OESTE	8%
	SUDESTE	43%
	SUL	15%
NATUREZA DO MUNICÍPIO	CAPITAL	25%
	OUTROS METROPOLITANOS	17%
	INTERIOR	58%
PORTE DO MUNICÍPIO	PEQUENO	31%
	MÉDIO	38%
	GRANDE	31%

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO

P.1 Você ou outra pessoa que mora em sua casa recebe regularmente... **[ACEITAR RESPOSTA MÚLTIPLA]**
(PARA CADA BENEFÍCIO QUE RECEBE) Qual o valor em reais?

	SIM	NAO	ANOTE O VALOR
Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão paga pelo governo			
BPC/LOAS (benefício de prestação continuada, <u>sem 13º</u>)			
PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)			
Programa Bolsa Família			
Seguro-desemprego			
Dinheiro de programas sociais que não o bolsa família			
Recebe algum outro benefício do governo?			

P.2. Na sua opinião, o que é desigualdade?

P.3 Em uma escala de 0 a 100 em que 1 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria? **(ESTIMULADA E ÚNICA)**

P.4 Na sua opinião, quanto você precisa ganhar por mês para fazer parte dos 10% mais ricos do Brasil? **(ESTIMULADA E ÚNICA)**

P.5 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas **(LEIA CADA ITEM)**. Você concorda ou discorda? **(SE CONCORDA OU DISCORDA)** Totalmente ou em parte? **(ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR RODÍZIO)**

	RODÍZIO	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda, nem discorda	Discorda em parte	Discorda totalmente	Não sabe (Esp.)
a	No Brasil poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro						
b	Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as <u>peças</u> muito ricas e as <u>peças</u> muito pobres ²⁰						
c	No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica						
d	No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que trabalha muito						
e	O governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país						
f	O governo deve transferir dinheiro público para que os <u>Estados</u> com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos <u>Estados</u> que têm serviços públicos bons						
g	A diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil diminuiu <u>nos</u> últimos anos						
h	<u>Nos próximos anos</u> , a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil						

P6. Novamente vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (**LEIA CADA ITEM**). Você concorda ou discorda? (**SE CONCORDA OU DISCORDA**) Totalmente ou em parte? (**ESTIMULADA E ÚNICA - APLICAR RODÍZIO NOS ITENS C, D, E, F**)

	RODÍZIO	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda, nem discorda	Discorda em parte	Discorda totalmente	Não sabe (Esp.)
a	Os governos devem aumentar mais os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam						
b	O governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam						
c	Quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos						
d	O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos						
e	Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros						
f	Mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres						

P7. Agora eu gostaria que você falasse sobre os principais problemas do país hoje. Qual o problema mais grave entre...? (**ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR RODÍZIO**)

	Desigualdade	Pobreza	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Desigualdade e Pobreza					
	Desigualdade	Corrupção	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Desigualdade e Corrupção					
	Educação	Violência	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Educação e Violência					
	Educação	Saúde	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Educação e Saúde					
	Educação	Desemprego	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Educação e Desemprego					
	Violência	Saúde	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Violência e Saúde					
	Violência	Desemprego	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Violência e desemprego					
	Saúde	Desemprego	Os 2 são graves [ESP.]	NS	NR
Saúde e desemprego					

P.8 Na sua opinião, as medidas que estão sendo tomadas neste momento pelo governo federal irão aumentar, diminuir ou não irão alterar a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?

1 Irão aumentar 2 Irão diminuir 3 Não irão alterar a distância 99 Não sabe

P.9 Na sua opinião, quais as causas da desigualdade de renda no Brasil?

P.10 Considerando uma escala de 1 a 5, onde 1 significa que não contribui e 5 que contribui muito, quanto a/o (CITE CADA ITEM) contribui para a desigualdade de renda no Brasil:

	Não contribui				Contribui muito
1. Falta de acesso à educação					
2. Falta de vagas no mercado de trabalho					
3. Corrupção					
4. Instituições políticas que não funcionam					
5. Esforço de cada um para obter sua renda					
6. Falta de acesso à saúde					

P.11 Na sua opinião, dentre as opções nesta lista (APRESENTE CARTÃO 1), qual a principal solução para diminuir a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil? E em 2º lugar? E em 3º lugar?

- 1 Cobrar dos ricos uma taxa maior de impostos do que a cobrada dos pobres e da classe média
- 2 Investimento público em saúde
- 3 Investimento público em educação
- 4 Investimento público em assistência social, como Bolsa Família, por exemplo
- 5 Aumento da oferta de empregos
- 6 Reforma no sistema político
- 98 Outra _____

NOTAS

¹ A explicação da metodologia foi retirada do documento final produzido pelo Instituto Datafolha. Todas as informações metodológicas têm tal documento como fonte.

² Cálculo da Oxfam Brasil, com base nos dados da Pnad 2015, apresentado no relatório “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, Oxfam Brasil, setembro 2017.

³ IPEA/Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça. Série histórica de renda total da população maior de 10 anos, 1995-2015, baseada nas Pnad anuais.

⁴ Ibid.

⁵ Cálculo da Oxfam Brasil, com base nos dados da Pnad 2015, apresentado no relatório “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, Oxfam Brasil, setembro 2017.

⁶ Ibid.

⁷ O questionário do Instituto Datafolha levanta dois tipos de informação – a renda individual (declarada pelo entrevistado, por meio da escolha de faixa na qual se insere), e a renda familiar (captada pelo mesmo critério). Não é possível, portanto, aferir a renda familiar per capita, tal como faz a PNAD. Desta forma, consideramos prioritariamente a renda individual declarada do entrevistado.

⁸ Cálculo da Oxfam Brasil, com base nos dados da Pnad 2015 e no valor atualizado do salário mínimo atual, de R\$ 937,00.

⁹ MORGAN, M. 2017. “Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil Combining National accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015”. WID Working Paper Series n. 2017/12.

¹⁰ ARRETCHÉ, M. 2015. “Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais”. In Arretche, M. “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos”. Centro de Estudos da Metrópole – CEM. Editora Unesp. São Paulo.

¹¹ Esta talvez seja a causa mais apontada, se considerado o agrupamento oferecido pelo Datafolha. Ao menos 34% dos respondentes fizeram indicações que relacionam o caráter e a ação da classe política e de governos com as desigualdades.

¹² PNUD. 2013. “Humanidad Dividida: cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo.”

¹³ SILVEIRA, F. G., FERREIRA, J. 2011. “Equidade fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social”. Ipea. Comunicado n. 92. Brasília & LUSTIG, N., PESSINO, C., SCOTT, J. 2013. “The impact of taxes and social spending on inequality and poverty in Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico, Peru and Uruguay: an overview”. CEQ Working Paper n. 13.

¹⁴ OXFAM BRASIL. 2017. “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”.

¹⁵ ARRETCHÉ, Marta; ARAÚJO, Vitor. “O Brasil tornou-se mais conservador?”. Revista Novos Estudos, CEBRAP. Junho de 2017. São Paulo. P. 15-22.

¹⁶ OXFAM BRASIL. 2017. “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”.

¹⁷ PNUD. 2017. “Relatório de Desenvolvimento Humano 2016”

¹⁸ MEDEIROS, M., SOUZA, P. H., CASTRO, F. A. 2015. “A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares”. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 20(4): 971-986. Nota: Estudo recente de Marc Morgan aponta para uma apropriação de 28% da renda nacional por parte do 1% mais rico.

¹⁹ Cálculo da Oxfam Brasil, com base nos dados das DIRPF 2016, ano calendário 2015.
